



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E SERVIÇO SOCIAL**

LUCAS MEDEIROS DE OLIVEIRA

**“DIAS DE LUTA MESMO EM DIAS DE GLÓRIA”:
O MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL**

**Seropédica
2024**

LUCAS MEDEIROS DE OLIVEIRA

**“DIAS DE LUTA MESMO EM DIAS DE GLÓRIA”:
O MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Serviço Social.

Orientador: **Prof. Dr.º
Maurício Caetano Matias
Soares.**

FICHA CATALOGRÁFICA AUTOMÁTICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM488" Medeiros de Oliveira, Lucas, 1996-
"Dias de luta mesmo em dias de glória": o movimento
LGBTI+ no Brasil / Lucas Medeiros de Oliveira. -
Barra Mansa, Brasil, 2024.
44 f.

Orientador: Mauricio Caetano Matias Soares.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
Social, 2024.

1. Movimento Social. 2. LGBTI+. 3. Serviço Social.
I. Caetano Matias Soares, Mauricio, 1980-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço
Social III. Título.

LUCAS MEDEIROS DE OLIVEIRA

**“DIAS DE LUTA MESMO EM DIAS DE GLÓRIA”:
O MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão aprovado pela Banca Examinadora do Curso de
Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro – UFRRJ

Seropédica, ... de de

**BANCA
EXAMINADORA**

Prof. Dr. Maurício Caetano Matias Soares – DHSS/UFRRJ.

Prof.^a Dr.^a Marisol Valencia Orrego – DHSS/UFRRJ.

Prof.^a Dr.^a Tatiane de Oliveira Pinto – DHSS/UFRRJ.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Meire, pelo apoio e por priorizarem a minha educação.

Aos amigos da graduação Andrew, Cibele, Matheus, Luiza, Ramona e Victor por estarem sempre comigo.

Aos meus amigos Alfredo, Gustavo e Thiago que mesmo com a distância permanecem próximos.

Aos professores presentes ao longo da minha graduação, que de formas diretas ou indiretas contribuíram de maneira singular. Em especial ao Prof. Dr. Maurício por sua solidariedade e disponibilidade nas linhas finais dessa trajetória.

A Prof.^a Dr.^a Tatiane pela receptividade de assuntos que me eram atravessados e aplicação deles em suas aulas.

E, as Prof^a Dr^a Fabiana Schmidt e Marisol por toda paciência, apoio e pelo trabalho que desempenharam comigo que está para além das atribuições como professoras.

RESUMO

As conquistas da população LGBTI+ ainda expressam a necessidade de manutenção das lutas para demarcação de sua existência. No Brasil, o processo ganhou forças a partir da década de 1980 combinado com o movimento de redemocratização e luta contra a AIDS. A peleja não se restringe na busca pelo reconhecimento social ou de apensamento de direitos civis. Trata-se de uma luta de direitos humanos relacionadas ao direito de existir. A histórica formação sócio-histórica do Brasil centrada na versão eurocêntrica de sociedade patriarcal, heteronormativa marginalizou e patologizou a população LGBTIA+ que ainda em tempos contemporâneos é tida como representação do “mal”. Tais expressões de isolamento e sectarização dessa população são materialização da questão social, que se desdobra em circunstâncias que colocam essa população na condição de corpos vulnerabilizados na ordem social vigente, por isso, tanto as lutas como demandas dessa população devem ser consideradas com afinho por profissionais e estudantes de Serviço Social. Destacando a responsabilidade dessa categoria na construção e no fortalecimento das lutas a favor de uma nova ordem social implicada com os direitos humanos e a emancipação dos sujeitos. Nessa direção, o presente estudo ressalta a necessidade de futuras investigações sobre interseccionalidades e o impacto das políticas públicas na vida cotidiana dos indivíduos LGBTI+ no Brasil, reconhecendo os avanços e a urgência de um compromisso contínuo com a inclusão e igualdade.

Palavras-chave: Movimento Social. LGBTI+. Serviço Social.

ABSTRACT

The achievements of the LGBTI+ population still express the need to maintain the struggles for the demarcation of their existence. In Brazil, the process gained strength from the 1980s onwards combined with the movement for redemocratization and the fight against AIDS. The fight is not restricted to the search for social recognition or the recognition of civil rights. It is a struggle for human rights related to the right to exist. The historical socio-historical formation of Brazil, centered on the Eurocentric version of a patriarchal, heteronormative society, marginalized and pathologized the LGBTIA+ population, which is still seen in contemporary times as a representation of "evil". Such expressions of isolation and sectarianism of this population are the materialization of the social issue, which unfolds in circumstances that place this population in the condition of bodies made vulnerable in the prevailing social order. Therefore, both the struggles and demands of this population must be considered with a view by social workers and students. Highlighting the responsibility of this category in the construction and strengthening of the struggles in favor of a new social order committed to human rights and the emancipation of subjects. In this direction, the present study emphasizes the need for future research on intersectionality's and the impact of public policies on the daily lives of LGBTI+ individuals in Brazil, recognizing the advances and the urgency of an ongoing commitment to inclusion and equality.

Keywords: Social Movement. LGBTI+. Social Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais marcos mundiais da comunidade LGBTI+	5
--	---

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do Indígena Tibira.....	19
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	OS MARCOS DA HISTÓRIA LGBTI+ NO MUNDO	5
2.1	REBELIÃO DE STONEWALL	9
2.2	MARCHA NACIONAL EM WASHINGTON PELA IGUALDADE DE DIREITOS E LIBERTAÇÃO	12
2.3	EPIDEMIA DE HIV/AIDS E RESPOSTA DA COMUNIDADE	14
2.4	RECONHECIMENTO LEGAL DO CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	16
2.5	A MARCHA DA LIBERDADE.....	17
3	O BRASIL E A COMUNIDADE: LUTAS E GANHOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
3.1	O PERÍODO DA DITADURA MILITAR	20
3.2	A EPIDEMIA DE HIV/AIDS NO BRASIL	23
3.3	O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE LGBTI+.....	25
3.4	A PRIMEIRA PARADA LGBTI+ NO BRASIL.....	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

As lutas históricas só são contadas a partir da visão e das memórias dos vencedores. Os massacrados, violentados e vencidos, em geral, não fazem parte da história oficial. Segundo Decca (1992), a memória histórica é frequentemente utilizada como instrumento de poder pelos vencedores, objetivando destruir a memória dos vencidos e impedir que uma percepção crítica da história questione a legitimidade de sua dominação.

Deste modo, aqueles que não compartilham dos padrões definidos nos múltiplos processos históricos, que tem como raízes a heteronormatividade patriarcal tem as suas vozes ocultadas na “história oficial”. Sendo nela, marcados como atores desviantes, rebeldes, que mancham a história e a memória oficial da humanidade. Os “não-formatados”, imperfeitamente enquadrados ou resistentes à padronização, pessoas a quem é designado o lugar de coadjuvância perversa, construíram memórias subterrâneas (Pollak, 1989), procurando espaços emergentes, um reconhecimento e a expressão de sua libertação do estado de invisibilidade, tornando-os visíveis e parte legítima da sociedade.

Na luta pela visibilidade reside aquele segmento populacional conhecido como LGBTI+ que historicamente tem se empenhado na árdua e desafiadora tarefa de criar esses espaços incipientes resultantes da luta política entre os guardiões da memória oficial e eles próprios, o que contraria uma contra memória oficial por contestar significados sobre eventos passados com aqueles que estão no poder para reivindicar o direito de construir uma memória coletiva pública. Assim, a memória é um alicerce sobre o qual se formam as identidades coletivas, a consciência individual da política e da sociedade, bem como novas subjetividades em si mesmo.

No que corresponde a esse trabalho, consideramos importante empreender um resgate histórico abrangente do movimento LGBTI+, aqui referenciado apenas como LGBTI+. Essa iniciativa se configura como um pilar fundamental para a construção de uma narrativa precisa e autêntica, capaz de desmistificar estereótipos, combater preconceitos e fortalecer a identidade de uma comunidade que, ainda hoje, é marginalizada e silenciada.

À medida que mergulhamos nas profundezas da história, encontramos algumas organizações sociais incluídas nessa sigla que, com coragem e determinação, abriram caminho para conquistas que agora merecem ser celebradas. Entre elas estavam as primeiras lutas que desafiaram as normas sociais e lutaram por direitos básicos como educação, emprego e liberdade de expressão. No entanto, muitos destes momentos decisivos permanecem sub-representados ou esquecidos, tanto no discurso público como nos registos históricos. A importância de se fazer um resgate histórico abrangente dessa trajetória não pode ser subestimada.

Deste modo, aqui proponho examinar as diversas fases e faces do movimento LGBTI+ no Brasil, destacando os desafios e conquistas, salientando as influências internacionais. A relevância dessa proposta denota o reconhecimento das contribuições desse segmento populacional para a construção de uma sociedade que saiba conviver com a sua diversidade. Além disso, ao recuperar e celebrar essas histórias, garantimos que as futuras gerações possam aprender com o passado, reconhecendo tanto os progressos realizados quanto os desafios que ainda persistem.

Por isso, esse trabalho não larga mão de estudar as lutas da comunidade LGBTI+ em uma perspectiva histórico-dialética, que considera a historicidade e as mediações necessárias a identificação dos nexos-causais. Com essa base é possível verificar nas expressões de lgbtfobia, discriminação, violência de invisibilidade, manifestações concretas da questão social. Ou seja, a materialização do processo de dominação e exploração de um homem pelo outro dentro da sociedade capitalista com o intuito de acumulação de capital. As linhas a seguir não apenas descreverão os fatos, mas também os analisarão através da abordagem marxista.

Ao analisar criticamente e valorizar as experiências históricas, podemos promover uma cultura de respeito e dignidade para com todos os sujeitos, independentemente, da sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero. Assim, esse trabalho destaca a importância de uma perspectiva histórica que possa levar a uma compreensão sobre a dinâmica social, bem como a dinâmica política que impacta a comunidade LGBTI+. Ao documentar e analisar as conquistas do movimento, pretendemos fazer uma discussão mais informada sobre o significado

da igualdade e da inclusão, ajudando assim a criar uma sociedade mais inclusiva onde também haja justiça.

Sob essa ótica, o presente trabalho tenta elencar alguns dos marcos históricos da história do movimento LGBTI+, discutindo e ressignificando seus principais acontecimentos e consequências para o contentamento da sociedade com a comunidade LGBTI+, bem como as mudanças e conquistas que por meio dela ocorrem, numa reflexão sobre a estrutura de pensamento sobre a comunidade. Nessa perspectiva:

- I. Considerando que o pensamento da sociedade¹ acerca da comunidade LGBTI+ não é algo estático, é possível afirmar que as lutas e pautas do movimento tiveram impactos na percepção da sociedade?
- II. É possível reconhecer que impactos são esses?

Nosso objetivo é realizar um resgate histórico, a nível descritivo², dos marcos da comunidade LGBTI+, verificando em que medida as hipóteses elencadas anteriormente estão de acordo com os dados levantados. Para isso procurou-se:

- I. Contextualizar a construção do pensamento geral acerca da comunidade LGBTI+ ao longo do tempo, especificamente a partir dos últimos cinquenta anos do século passado;
- II. Elencar os principais marcos históricos para a agenda LGBTI+ ao longo desse tempo;
- III. Analisar artigos de períodos e autores diferentes que relacionem as realizações da comunidade com seus marcos históricos.

A partir desses objetivos, a abordagem metodológica utilizada neste trabalho será de caráter qualitativo. Entendendo que os resultados levantados só fazem sentido passando por um crivo de interpretação e associação do fenômeno.

1 Considerando “sociedade”, neste trabalho, como apenas um recorte do Ocidente global.

2 Segundo Gil (1989, p. 45), as pesquisas descritivas visam primordialmente descrever as características de uma população ou fenômeno específico, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. O autor destaca a variedade de estudos que se encaixam nessa categoria, ressaltando como característica marcante a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Salientando, novamente, que o trabalho realizado é um enquadramento primário sobre os dados disponíveis, isso significa que essa pesquisa pretende trabalhá-los no nível descritivo de análise. Sobre análise descritiva, Gil (1989) discorre:

“Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre a preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.” (GIL, 1989, p.45)

No entanto, o uso de uma abordagem descritiva em um estudo que busca examinar os marcos históricos da comunidade LGBTI+ é muito significativo, pois permite investigar detalhadamente e amplamente eventos e conquistas que têm moldado essa trajetória. Documentar a pesquisa descritiva é adequada para compreender a evolução histórica, fornecendo informações verdadeiras sobre as atividades e suas ramificações. Isso pode ser feito ao seguir essa linha de pensamento; os momentos chave podem, por exemplo, ser feitos em ordem cronológica; outras partes interessantes incluem a identificação dos atores envolvidos; bem como as mudanças sociais e legais que afetaram a comunidade. Adicionar a isso, pesquisas descritivas tornam mais fácil organizar dados permitindo apresentações claras e organizadas no nível da importância enquanto destacando as realizações do movimento LGBTI+. Dessa forma não só essa metodologia contribui para construção de conhecimento mais firme sobre o tema, mas também aumenta a conscientização sobre a história do assunto além das lutas dessa comunidade.

Assim, este estudo adotará abordagem metodológica qualitativa na abordagem desses objetivos. Por último, pretende-se realizar pesquisas bibliográficas de modo a reunir fundamentação teórica sobre a área em estudo. Como explica Gil (1989), uma vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite ao pesquisador cobrir uma gama de literatura muito mais ampla do que poderia obter através de investigação direta. Neste sentido, este artigo procura autores que

lidam com áreas relativas às comunidades LGBTQI+, tais como política social e marginalização dos indivíduos ou políticas públicas.

Isto posto, esperamos identificar uma relação de causa – marcos históricos da comunidade LGBTQI+ - e consequência – ganhos em ações afirmativas, políticas públicas – entre os fatos dissertados neste trabalho. No entanto, o objetivo aqui é realizar análises primárias desses fatos, a fim de indicar novas direções para inferências mais profundas sobre o assunto em trabalhos futuros.

2 OS MARCOS DA HISTÓRIA LGBTQI+ NO MUNDO

A trajetória da comunidade LGBTQI+ em direção à obtenção de direitos igualitários é marcada por uma série de acontecimentos históricos que contribuíram significativamente para o avanço da luta contra a discriminação e a opressão. Todavia, usamos nas linhas seguintes o marco da Revolta de Stonewall como estratégia de delimitação temporal de nosso debate. Todavia, não desconsideramos que a luta acontecia bem antes disso, precisamente no século XIX. Em 1869, Karl Heinrich Ulrich publicou o livro "Uranus", um marco literário considerado um dos primeiros textos a defender o amor entre homens. Ulrich desafiou as normas sociais da época ao explorar temas de amor e sexualidade homoafetiva de maneira aberta e corajosa (Ulrich, 1869).

Como estratégia de organização da estrutura do debate desenhamos um quadro com os 4 principais eventos, que considero protagonistas na luta internacional, todos centrados nos Estados Unidos. Entretanto, isto não se restringe a história das lutas LGBTQI+ somente as terras americanas, mas o foco se dá pelo grande protagonismo e influências nos demais territórios do mundo, em especial, no Brasil.

Quadro 1 - Principais marcos mundiais da comunidade LGBTQI+

Acontecimento	Período	Importância
Rebelião de Stonewall	Junho de 1969	Considerado o início do movimento moderno pelos direitos LGBTQI+, catalisou a formação de organizações e inspirou as primeiras paradas do orgulho.

Marcha Nacional em Washington pela Igualdade de Direitos e Libertação	14 de outubro de 1979	Unificou o movimento LGBTI+ e aumentou a pressão sobre os legisladores para proteger os direitos da comunidade.
Epidemia de HIV/AIDS e resposta da comunidade	Anos 1980-1990	Intensificou o ativismo, levando à criação de organizações como a ACT UP, e trouxe questões LGBTI+ para o centro das discussões públicas de saúde e direitos humanos.
Reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo	2001 em diante	Marca um grande avanço na luta pela igualdade, refletindo a crescente aceitação social das relações LGBTI+ em muitos países ao redor do mundo.
Marcha da Liberdade	25 de abril de 1993	Mobilizou cerca de um milhão de pessoas, promovendo visibilidade e mudanças sociais e políticas significativas para a comunidade LGBTI+.

Fonte: autoria própria a partir de Carter (2004) & Kaiser (1997).

No início do século XX, especificamente em 1900, foi fundada na Alemanha a Sociedade dos Amigos da Liberdade Individual, uma das primeiras organizações dedicadas à defesa dos direitos de indivíduos LGBTI+. Esta organização desempenhou um papel crucial ao promover a visibilidade e a organização política da comunidade, enfrentando a crescente marginalização e perseguição legal. A Sociedade dos Amigos da Liberdade Individual representou um marco na mobilização social e na defesa por direitos civis, marcando o que se poderia chamar de a primeira organização com pautas LGBTI+ em sua agenda (Kaiser, 1997).

Durante a década de 1920, surgiu uma transformação cultural significativa com o aparecimento das primeiras boates e bares frequentados por pessoas LGBTI+. Estes locais não apenas ofereceram espaços seguros para socialização e expressão livre de identidade, mas também desafiaram as normas sociais dominantes que reprimiam a diversidade sexual e de gênero. O surgimento desses estabelecimentos foi fundamental para a formação de comunidades LGBTI+ visíveis

e coesas, promovendo uma cultura de resistência e celebração da diversidade (Beach, 2010).

Ao longo da história, o movimento LGBTI+ expressa a luta pela existência, que se refere a resistência contra preconceitos, estigmas, cujo pano de fundo é a ordem heteronormativa patriarcal burguesa estipuladora de padrões, que estimulam práticas violentas, de desqualificação e isolamento dos sujeitos. Essas práticas são naturalizadas e disseminadas em posturas de culpabilização do sujeito, em piadas, na interpretação estereotipadas de personagens artísticos e personificadas em representações do mal, do pecado, do sujo e do prostituto. Tais representações são violências materializadas no cotidiano da população LGBTI+, incidindo na necessidade de reações contra elas.

A exemplo de Stonewall, no Brasil, o movimento LGBTI+ busca a superação dessas violências. Um tipo de violência mais notificados é a violência física, que ocorre quando tentam ou quando causam danos ao indivíduo por meio do uso de força física, seja com o suporte de objetos ou não, podendo gerar danos físicos visíveis no exterior ou invisíveis no corpo dos sujeitos (Day, 2003).

Em seus estudos Sérgio Carrara (2004 e 2006) verifica que nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo os maiores índices de acometimento e frequência de agressões ocorrem na população LGBTI+ residentes dos grandes centros urbanos, pois quase 20% dos participantes da pesquisa relataram já terem sofrido alguma violência física em sua vida. Esse tipo de violência se desenvolve pela lógica de que o bem-estar físico da vítima é o principal alvo do agressor.

Segundo Day (2003), outra forma de agressão utilizada contra os LGBTI+ é pelo viés psicológico. A autora descreve como "Toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa", concluindo que essa violência se dá por meio de ameaças e ofensas, utilizando-se de compreensões de mundo para ferir e rechaçar a honra da vítima. A pesquisa desenvolvida por João Bosco (2007) evidencia a recorrência dessas agressões através da entrevista de 20 jovens estudantes do sexo masculino da Universidade Federal Fluminense (UFF) que se auto identificam como homossexuais, onde muitos relatam já terem passado pela mesma situação em diferentes contextos. Um dos

entrevistados relata através da seguinte fala “Ah...tortura psicológica aqueles...colocando medo em relação a AIDS a agressão física dos vizinhos e outros amigos, então criando todo esse sistema de freios, entendeu, para que eu não desenvolvesse minha sexualidade de forma natural”.

Essas violências ocorrem em diversos espaços, sendo presentes em locais públicos e privados. Acontecendo de forma não explícita e subjetiva, é na rua em que as violências físicas e verbais acontecem com mais frequência, tendo diversas motivações. Porém, não se limitando as ruas, tais agressões também estão presentes no ambiente escolar, instituição fundamental no desenvolvimento de indivíduos e que, dentro da ótica conservadora, reduz as experiências humanas às vivências heterossexuais. Os entrevistados por João Bosco (2007. p. 4) relatam que suas experiências durante o ensino fundamental e médio foram repletas de discriminações que os afetaram até hoje. Um participante da pesquisa comenta:

“[...] então, eu já tive um momento, que foi na escola, quando eu estudava, ensino médio, que chegou a certo ponto que de tanta pressão dos meus colegas e tal, com relação ao que eu realmente era que eu, o que eu queria da minha vida, que eu cheguei entrar até em quadro depressivo[...]” (H., p. 4).

Conforme Castro (2004) evidência em sua pesquisa realizada em escolas brasileiras, quase $\frac{1}{4}$ dos alunos participantes são contrários a presença de um homossexual em suas respectivas turmas. Uma grande parcela do preconceito disseminado dentro das escolas ocorre não só pelas práticas discriminatórias por parte de alunos, como também pela apatia dos funcionários da escola ao identificarem e naturalizarem essas atitudes, sendo coniventes com a agressão. Isso demonstra como o constructo da violência contra pessoas LGBTI+ manifesta-se até os dias de hoje.

Os eventos históricos discutidos neste texto ilustram a importância da resistência, visibilidade e organização política na luta por direitos e reconhecimento da comunidade LGBTI+. Desde a publicação de "Uranus" até a fundação da Sociedade dos Amigos da Liberdade Individual e o surgimento das primeiras boates e bares LGBTI+, esses acontecimentos foram fundamentais para a construção de uma consciência coletiva e para a afirmação de identidades LGBTI+ em diferentes

contextos sociais e políticos, sobretudo para os marcos que abordaremos neste trabalho.

2.1 Rebelião de Stonewall

Entre muitas rebeliões que aconteciam pelo mundo, destacou-se a que ocorreu no ano de 1969 em Nova York, sendo reconhecida mundialmente como “A Revolta de Stonewall”. Segundo Carter (2004), era comum que, como práticas de repressão à comunidade, policiais invadissem bares gays para prendê-los após ameaçar e agredir clientes e funcionários do estabelecimento, fazendo com que formassem uma fila para serem detidos. Naquela época, a religião e a moral conservadora eram estabelecidas em oposição aos movimentos sociais progressistas, como o movimento negro, a contracultura e a comunidade homossexual. Indivíduos que faziam parte do movimento LGBTI+ eram frequentemente estigmatizados como criminosos e considerados doentes pela sociedade.

As batidas policiais eram recorrentes e isso acirrou o conflito entre os envolvidos, então no amanhecer 28 de junho 1969 clientes reagiram à ação policial no bar “Stonewall Inn”, que naquele momento ainda era um estabelecimento praticamente ilegal localizava-se na região de “Greenwich Village”, muito frequentada por membros da comunidade e outros grupos marginalizados na cidade de Nova Iorque. O município de Nova Iorque era muito habitado pelos LGBTI+ e, como busca por lazer e fuga da discriminação à luz do dia, empreendimentos da vida noturna voltaram-se para o público homossexual, reconfigurando-se como locais de acolhimento para a comunidade (Carter, 2004).

Houve pressão por parte de ativistas para que revertissem a política de emissão de licença para a comercialização de bebidas em bares gays, visando não só a ampliação desses espaços como também o lucro. Boa parte dos comerciantes eram ligados ao crime organizado e ganharam influência com a expansão dos negócios, utilizando a prática do suborno para evitarem batidas. Ainda que lucrativos, esses locais ainda eram estigmatizados e perigosos, pois as movimentações naquele espaço eram monitoradas pela polícia da cidade que continuava a perseguir homossexuais sob a justificativa de fiscalização da

distribuição de bebidas alcoólicas. Dick Leitsch, primeiro jornalista gay a registrar o ocorrido descreve que o bar era mais do que uma pista de dança ou um local de encontro para membros da comunidade (Carter, 2004).

A pretensão da equipe policial era de que a operação ocorre como de costume, mas naquela noite não só os clientes como também curiosos que passam pelo local resistiram a truculência policial. Copos, garrafas e tijolos foram atirados contra os agentes que entraram para dentro do bar e fizeram barricadas com as mesas para se proteger. As revoltas persistiram pelas noites seguintes e contavam com grupos que buscavam provocar e intimidar os policiais, sendo eles protagonizadas por pessoas trans, pretas, latinas e drag queens que se apresentavam no local. No ano seguinte, militantes da causa voltaram ao local em comemoração ao evento ocorrido, nomeando aquela data como “Dia da Libertação da Christopher Street”, vista como marco histórico e a primeira marcha do orgulho gay (Carter, 2004).

A importância de Stonewall pode ser destacada em várias áreas. Primeiramente, marcou um momento crucial na luta pelos direitos LGBTI+. Conforme Carter (2004), antes de Stonewall, as pessoas LGBTI+ enfrentavam uma repressão severa e sistemática, sujeitas a leis que criminalizavam a homossexualidade e a uma sociedade que marginalizava essas identidades. A revolta no Stonewall Inn, um bar gay em Nova York, iniciou um movimento de resistência contra essa opressão.

Além disso, Stonewall serviu como catalisador para o Movimento de Libertação Gay. Segundo Carter (2004), a rebelião inspirou a formação de várias organizações de direitos LGBTI+, como a *Gay Liberation Front* e a *Gay Activists Alliance*, que lutavam por direitos civis, visibilidade e aceitação. Esse período testemunhou um aumento significativo na organização e na militância dentro da comunidade LGBTI+.

Stonewall também representou um momento de afirmação de identidade e orgulho. As pessoas LGBTI+ começaram a exigir respeito e reconhecimento, recusando-se a continuar a viver nas sombras (Kaiser, 1997). A primeira Parada do

Orgulho Gay, realizada em 1970 no aniversário da revolta de Stonewall, simboliza essa nova visibilidade e celebração da identidade LGBTI+.

Além do impacto local nos Estados Unidos, Stonewall teve repercussões globais. Inspirou movimentos de direitos LGBTI+ em outros países, ajudando a impulsionar mudanças legais e sociais em todo o mundo (STONEWALL NATIONAL MUSEUM & ARCHIVES, 2024). Tornou-se um símbolo de resistência contra a opressão e a discriminação, e um chamado à unidade e solidariedade dentro da comunidade LGBTI+.

Posteriormente, uma das primeiras organizações do movimento gay nos Estados Unidos foi a “*The Mattachine Society*”, teve seu início na cidade de Los Angeles em 1950. Em seu livro autobiográfico “*Radically Gay: Gay Liberation in The Words of It’s Founder*” (1997), o autor e líder do movimento Harry Hay explica que o nome da organização referenciava “*Société Mattachine*”, um grupo francês da era medieval que viajava de vilarejo a vilarejo e se apresentava utilizando máscaras para falar sobre justiça social através de canções e peças de teatro. Suas máscaras, para além de proteger suas identidades, também representavam a realidade homossexual: anônima, desconhecida e mascarada.

Harry, membro do partido comunista, se reunia com outros sete homens que compunham o grupo e mediava o encontro para troca de experiências homossexuais no contexto de uma minoria oprimida, redefinindo a percepção do “ser gay nos Estados Unidos”. O grupo desenvolveu um grande programa de libertação política e em 1951 concebeu uma declaração com objetivos e propostas a serem cumpridos. O autor Craig Kaczorowski (2004) define o documento como crucial para a edificação do movimento:

“Esta declaração se destaca na história do movimento de libertação gay porque identificou e incorporou dois temas importantes. Primeiro, Mattachine apelou a um movimento popular de gays para desafiar a discriminação anti-gay; e segundo a organização reconheceu a importância de construir uma comunidade gay.” (KACZOROWSKI, 2004, p. 1)

Ainda que disruptivo, o grupo não alcançava a totalidade de pautas, então logo surgiram grupos paralelos com suas respectivas reivindicações. Surge em 1955 a associação “Filhas de Bilitis”, sendo a primeira organização lésbica de uma série de outros movimentos que vieram em contraponto a “inclusão” na sociedade

(Silva, 2006), como o Movimento Homossexual de Ação Revolucionária na Bélgica, a Frente Unitária Homossexual Revolucionária Italiana (FUORI, ou “fora” em italiano”) e o *Groupe Homosexuel d’Action Politique* (GHAP) em Quebec, formando então a Frente de Libertação Gay (GLF).

Em discordância o movimento gay, a GLF defendia que sua opressão só teria fim com a reforma de todo o sistema, aproximando-se a valores do movimento feminista na perspectiva anticapitalista e abolicionista de gênero. No ano de 1961 ocorre a então nomeada Conferência Norte-Americana de Organizações Homófilas - NACHO, evento que tinha como objetivo promover e elaborar estratégias de ações coletivas para driblarem as batidas que ocorriam na época, o que futuramente concomitou para a Revolta de Stonewall (Miranda & Oliveira, 2016, p. 159).

Por fim, Stonewall iniciou um movimento contínuo em direção ao progresso. As conquistas em direitos civis, casamento igualitário, proteção contra discriminação e reconhecimento de identidades diversas são legados do movimento iniciado em Stonewall. Ao mesmo tempo, relembra que a luta por igualdade e justiça ainda enfrenta desafios persistentes que precisam ser superados (Carter, 2004).

2.2 Marcha Nacional em Washington pela Igualdade de Direitos e Libertação

A Marcha Nacional em Washington pela Igualdade de Direitos e Libertação, realizada em 14 de outubro de 1979, representou um marco significativo na história do movimento LGBTI+. Organizada em resposta à crescente necessidade de visibilidade e proteção legal para indivíduos LGBTQIA+, a marcha uniu milhares de pessoas em um esforço coletivo para promover a igualdade e demonstrar contrariedade a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero (Kaiser, 1997).

Conforme Kaiser (1997), no final da década de 1970, os direitos civis e sociais para pessoas LGBTI+ estavam longe de serem garantidos nos Estados Unidos. A marcha foi planejada como uma resposta às políticas discriminatórias e à falta de proteções legais adequadas para a comunidade. Liderada por ativistas e defensores dos direitos LGBTI+, a iniciativa visava pressionar legisladores e sensibilizar a opinião pública para as demandas por igualdade e justiça. Ela deixou um legado duradouro ao inspirar futuras gerações de ativistas e defensores dos

direitos LGBTI+. As demandas por igualdade e inclusão continuaram a moldar o ativismo político e social em nível nacional e internacional, influenciando políticas públicas e legislação em favor dos direitos LGBTI+. Esse evento exemplifica o poder da mobilização social e da ação coletiva na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Marcha foi uma grande mudança na história dos direitos LGBTI+, destacando-se como um momento crucial de mobilização e afirmação de direitos. O evento não apenas demonstrou a força e a resiliência da comunidade LGBTI+, mas também evidenciou a necessidade contínua de lutas coletivas por justiça e igualdade em todas as esferas da sociedade.

A adesão à marcha foi expressiva, com aproximadamente 100 mil pessoas de todo o país³ marchando pacificamente pelo *National Mall* em Washington, D.C. O evento atraiu indivíduos de diferentes orientações sexuais, identidades de gênero, etnias e origens socioeconômicas, fortalecendo a diversidade e a unidade dentro do movimento LGBTI+. Além de promover a visibilidade, a marcha destacou a importância da solidariedade e do ativismo coletivo como ferramentas essenciais para a conquista de direitos civis e sociais.

É importante pontuar também que a comunidade LGBTI+ já vinha conquistando grandes avanços em perspectiva mundial, na mesma década que a Marcha, seis anos antes em 1973, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade – indicada como homossexualismo – da lista de doenças mentais do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM)⁴, um passo crucial para combater o estigma e a discriminação. Esse acontecimento anos antes da Marcha aponta para a progressiva pavimentação de direitos que vinham sendo alcançados, a realização da Marcha na mesma década consolida o alcance de objetivos da agenda LGBTI+ na década (Kaiser, 1997).

³ Dados retirados de: KAISER, Charles. *The Gay Metropolis: The Landmark History of Gay Life in America*. Boston: Houghton Mifflin, 1997.

⁴ Ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Esse documento foi criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) para padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam a mente e as emoções.

2.3 Epidemia de HIV/AIDS e resposta da comunidade

A epidemia de HIV/AIDS, que emergiu nos anos 1980, marcou profundamente a comunidade LGBTI+, sendo um período de intenso sofrimento e luta. Esse evento não só moldou a trajetória de saúde pública como também transformou o movimento de direitos LGBTI+, gerando respostas organizadas e um ativismo renovado.

A epidemia foi inicialmente identificada entre homens gays nos Estados Unidos, um fato que gerou estigmatização e discriminação ainda maiores para uma comunidade já marginalizada. Kaiser (1997) descreve como, nos primeiros anos da epidemia, a falta de informação e a resposta inadequada das autoridades de saúde pública contribuíram para a rápida disseminação do vírus. A comunidade LGBTI+, em face da negligência governamental, organizou-se para oferecer suporte aos afetados e pressionar por uma ação mais eficaz.

A resposta da comunidade LGBTI+ à epidemia de HIV/AIDS foi marcada pela criação de redes de apoio e ativismo intenso. Organizações como a *Gay Men's Health Crisis* (GMHC) e a *AIDS Coalition to Unleash Power* (ACT UP) surgiram como respostas diretas à crise, focando na prestação de cuidados e na advocacia política (KAISER, 1997). Essas organizações não apenas forneceram serviços essenciais, mas também se tornaram vozes poderosas que demandavam pesquisa, tratamento e direitos para os afetados pelo HIV/AIDS.

Segundo David (2004), a perda de milhares de vidas trouxe um senso de urgência e solidariedade sem precedentes dentro da comunidade. A luta contra o HIV/AIDS reforçou a coesão comunitária e fortaleceu o ativismo, resultando posteriormente em avanços significativos no direito à saúde voltado as pessoas LGBTI+. Além disso, a crise de HIV/AIDS expôs as falhas estruturais nos sistemas de saúde e as disparidades sociais, revelando como preconceitos e desigualdades agravam situações de crise (David, 2004). Com o tempo, a resposta organizada da comunidade LGBTI+ ajudou a transformar a percepção pública sobre o HIV/AIDS, movendo o foco da moralização para uma abordagem de saúde pública.

É importante ressaltar como a epidemia não apenas devastou a comunidade LGBTI+, mas também exacerbou o estigma e a discriminação já existentes contra

essa população. A resposta social à crise de saúde foi marcada por preconceito, medo e marginalização, agravando o sofrimento dos indivíduos afetados e dificultando os esforços de combate à doença.

No início da epidemia, a falta de compreensão sobre o HIV/AIDS levou a uma associação imediata e pejorativa da doença com a comunidade gay. Kaiser (1997) destaca que os primeiros casos de HIV/AIDS foram identificados predominantemente entre homens gays, o que levou a mídia e a sociedade a rotularem a doença como "câncer gay" ou "peste gay". Essa rotulação contribuiu para a estigmatização da comunidade LGBTI+, promovendo a ideia de que a doença era uma punição divina ou um resultado do comportamento moralmente reprovável.

O estigma social teve um impacto profundo na resposta à epidemia de HIV/AIDS. Segundo David (2004), a marginalização e a discriminação sistemática contra a comunidade LGBTI+ resultaram em uma resposta lenta e ineficaz por parte das autoridades governamentais e de saúde pública. O preconceito dificultou a alocação de recursos para pesquisa e tratamento, atrasando o desenvolvimento de medidas eficazes de combate à doença. Além disso, muitas pessoas LGBTI+ evitaram buscar ajuda médica devido ao medo de discriminação e rejeição.

As repercussões da epidemia de HIV/AIDS e a resposta da comunidade LGBTI+ continuam a ser sentidas hoje. As estratégias de mobilização e advocacia desenvolvidas durante a crise formaram a base para outras campanhas de direitos LGBTI+, influenciando movimentos subsequentes e políticas públicas globais. Kaiser (1997) enfatiza que a crise do HIV/AIDS foi um catalisador que levou a um maior reconhecimento dos direitos LGBTI+ e a um engajamento contínuo em questões de saúde e justiça social.

A luta contra o HIV/AIDS também resultou em avanços médicos significativos, como a pesquisa e desenvolvimento de tratamentos antirretrovirais, que transformaram a gestão da doença de uma sentença de morte para uma condição crônica manejável (David, 2004).

O estigma social enfrentado pela comunidade LGBTI+ durante a epidemia de HIV/AIDS exacerbou o sofrimento e dificultou a resposta do Estado à crise. No entanto, a resiliência e a organização da comunidade desafiaram esses

preconceitos, promovendo, futuramente, mudanças significativas na percepção pública, na legislação e nas políticas de saúde. A experiência nos lembra a importância de combater o estigma e a discriminação para assegurar uma resposta eficaz e inclusiva às crises de saúde pública e na promoção da igualdade de direitos.

2.4 Reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo

Este trabalho reconhece o processo de reconhecimento legal do casamento homoafetivo em diversos países como um grande marco na luta pelos direitos LGBTI+ por várias razões. Em primeiro lugar, assegura que casais do mesmo sexo tenham os mesmos direitos e proteções legais que os casais heterossexuais, incluindo direitos relacionados à herança, adoção, benefícios fiscais e previdenciários. Essa igualdade legal é fundamental para eliminar a discriminação institucionalizada. Além disso, a legalização contribui para a aceitação social das relações homoafetivas, reduzindo o estigma e a discriminação, e promovendo a dignidade das pessoas LGBTI+. A validação dessas relações fortalece a segurança jurídica e a estabilidade das famílias LGBTI+, garantindo os mesmos direitos e proteções que outras famílias.

A Holanda foi o primeiro país a legalizar o casamento homoafetivo em 2001, estabelecendo um precedente crucial para a igualdade matrimonial em todo o mundo. Segundo Kaiser (1997), a concessão de direitos iguais no casamento simboliza um avanço fundamental na aceitação social e no reconhecimento legal das relações homoafetivas, proporcionando aos casais LGBTI+ os mesmos direitos e proteções que os casais heterossexuais.

A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Holanda teve repercussões significativas em nível global. David (2004) argumenta que este passo histórico influenciou políticas e ações subsequentes em vários países, estimulando um movimento global em prol da igualdade matrimonial. A partir de então, várias nações seguiram o exemplo holandês, reconhecendo legalmente o casamento homoafetivo e ampliando os direitos civis das pessoas LGBTI+.

A importância do reconhecimento legal do casamento homoafetivo transcende a mera concessão de direitos matrimoniais. Kaiser (1997) observa que essa conquista representa uma validação social e legal das identidades LGBTI+.

contribuindo para a redução do estigma e da discriminação. Além disso, ao assegurar direitos como a adoção conjunta, benefícios fiscais e previdenciários, e o reconhecimento de heranças, o casamento igualitário fortalece a segurança jurídica e a estabilidade das famílias formadas por casais do mesmo sexo.

David (2004) destaca que a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo também impulsionou mudanças em outras áreas de políticas públicas e legislações. Por exemplo, a adoção de leis anti-discriminação, a proteção contra crimes de ódio e a inclusão de questões LGBTI+ em programas educacionais são, em muitos casos, desdobramentos diretos do reconhecimento do casamento igualitário. Esses avanços contribuem para a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde os direitos das pessoas LGBTI+ são respeitados e protegidos.

A perpetuação global do casamento entre pessoas do mesmo sexo reflete uma mudança paradigmática na percepção e tratamento das relações homoafetivas. Segundo Kaiser (1997), a crescente aceitação e legalização do casamento homoafetivo em diversos países demonstram um progresso contínuo em direção à igualdade e à justiça social. David (2004) complementa que, embora desafios persistam, o movimento por direitos iguais continua a ganhar força, impulsionado por precedentes legais e a mobilização contínua de ativistas e defensores dos direitos humanos.

2.5 A Marcha da Liberdade

A Marcha da Liberdade de 25 de abril de 1993, realizada em Washington, D.C., representou um dos eventos mais significativos na luta pelos direitos LGBTI+ nos Estados Unidos. Conforme Kaiser (1997), este evento simbolizou um ponto de mudança na mobilização da comunidade LGBTI+, evidenciando a crescente organização e a capacidade de influenciar políticas públicas e a opinião pública.

A organização da Marcha da Liberdade de 1993 envolveu uma ampla coalizão de grupos e ativistas LGBTI+, que trabalharam juntos para garantir a participação de diversas comunidades e regiões. A marcha foi planejada meticulosamente, com a formação de comitês e a realização de reuniões em todo o país para coordenar esforços e promover a participação. De acordo com Carter (2004), o evento contou com a colaboração de importantes organizações de direitos

civis e grupos de defesa LGBTI+, que desempenharam um papel crucial na mobilização de recursos e na articulação das pautas da marcha.

As pautas da Marcha da Liberdade de 1993 foram amplas e abrangentes, refletindo as diversas necessidades e demandas da comunidade LGBTI+. Entre as principais reivindicações estavam a igualdade de direitos civis, o fim da discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero, e a implementação de políticas de saúde que abordassem a crise do HIV/AIDS. A marcha também exigiu a proteção legal contra crimes de ódio, o reconhecimento dos direitos de casais do mesmo sexo, e a inclusão de pessoas LGBTI+ nas políticas públicas de educação e emprego. Segundo Kaiser (1997), essas pautas foram articuladas em discursos e manifestações ao longo do evento, destacando a urgência de mudanças estruturais para garantir a igualdade e a justiça social.

A Marcha da Liberdade de 1993 teve um impacto duradouro, tanto em nível nacional quanto internacional. Conforme Carter (2004), a visibilidade e a magnitude do evento contribuíram para aumentar a conscientização sobre as questões LGBTI+ e incentivaram outros países a adotar medidas progressistas em prol da igualdade. A marcha não apenas solidificou a presença e a voz da comunidade LGBTI+ na arena política, mas também criou um legado duradouro de ativismo e engajamento cívico. Este evento demonstrou a força da solidariedade e da ação coletiva na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, estabelecendo um precedente importante para futuras gerações de ativistas.

A visibilidade internacional do evento contribuiu para um maior reconhecimento das questões LGBTI+ e incentivou outros países a adotarem medidas progressistas em prol da igualdade. Segundo Carter (2004), o impacto da marcha foi fundamental para fortalecer movimentos locais e internacionais, inspirando ações legislativas e sociais que promoveram a proteção dos direitos LGBTI+ em diversas nações. A marcha simbolizou um marco de resistência e unidade, destacando a importância da mobilização coletiva na luta contra a opressão e a discriminação.

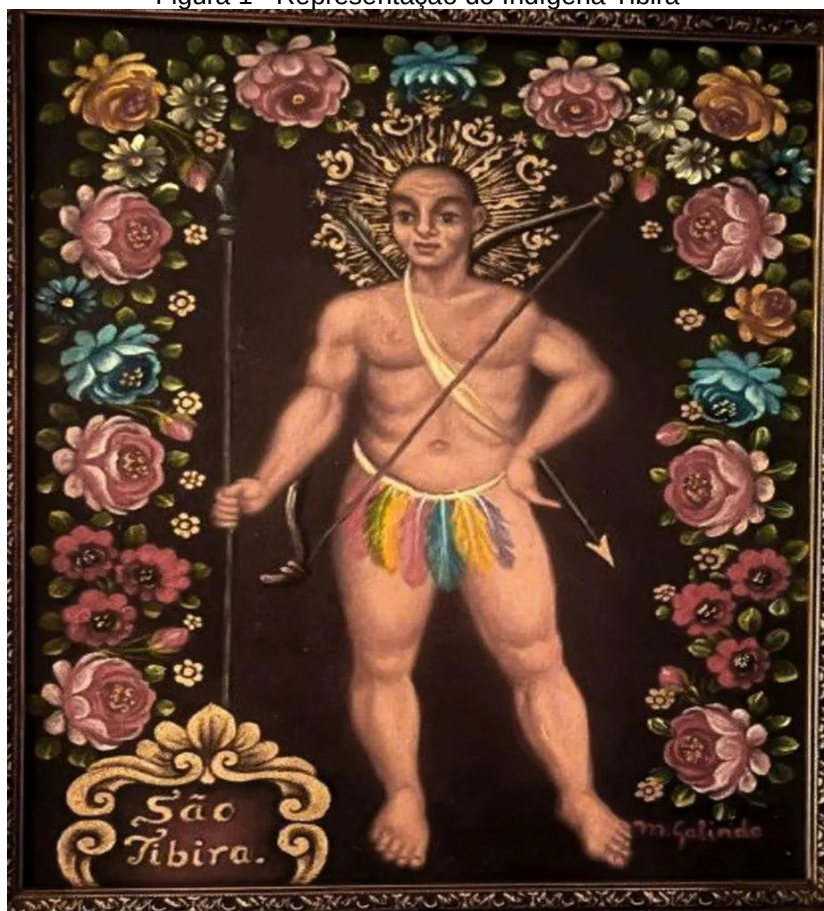
A Marcha da Liberdade de 1993 também é justificada como um marco na história da comunidade LGBTI+ devido ao seu papel em catalisar mudanças

significativas. Conforme observado por Charles Kaiser (1997), o evento reforçou a necessidade de políticas inclusivas e a implementação de leis que protejam os direitos civis das pessoas LGBTI+. A marcha não apenas solidificou a presença e a voz da comunidade na arena política, mas também criou um legado duradouro de ativismo e engajamento cívico. Este evento demonstrou a força da solidariedade e da ação coletiva na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, estabelecendo um precedente importante para futuras gerações de ativistas.

3 O BRASIL E A COMUNIDADE: LUTAS E GANHOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 1614 ocorre a execução de um indígena tupinambá devido a sua orientação sexual. Tibira – nome do dito indígena executado representado na Figura 1 - é um termo indígena utilizado para referir-se aos homossexuais, assim o caso ficou conhecido Tibira do Maranhão e é reconhecido como o primeiro registro de LGBTfobia no país dentro da acusação de sodomia. Tibira foi morto de forma arbitrária e sem autorização do próprio Vaticano, ação comandada pelo religioso e etimólogo francês Yves d'Évreux, que na época respondida pela posição de frade capuchinho na expedição francesa ao Brasil colônia (BBC, 2020).

Figura 1 - Representação do Indígena Tibira



FONTE: (GALILEU, 2023)

3.1 O Período da Ditadura Militar

Como dito anteriormente, o histórico de violência a comunidade LGBTI+ é marcado não só pelas agressões físicas e verbais, como também a falta de direitos, respeito a diversidade e até mesmo o não reconhecimento da existência de suas especificidades e múltiplas identidades, não foi diferente no Brasil. Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a comunidade LGBTI+ enfrentou uma série de desafios e adversidades decorrentes do regime autoritário vigente. Segundo Silva (2006), as políticas repressivas adotadas pelo Estado impuseram severas restrições aos direitos civis e individuais, impactando diretamente na liberdade de expressão e na identidade sexual de indivíduos não heteronormativos.

Sabe-se que durante a ditadura civil-militar de 1964, no Brasil, houve grande perseguição aos que iam contra o sistema. No entanto, o autoritarismo e repressão desse regime foi além: montou-se também um mecanismo de controle de comportamentos sexuais. Desse modo, homossexuais, travestis, prostitutas e tudo

mais que era tido como "desviante", de acordo com uma moralidade conservadora-cristã, foram alvos de detenções arbitrárias, censura, e outras formas de violência (Silva, 2006).

A repressão militar não se limitou apenas à esfera política e ideológica, mas também se estendeu ao controle dos corpos e das identidades dissidentes. O regime promoveu uma cultura de silenciamento e invisibilização das pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, marginalizando ainda mais aqueles que não se enquadravam nas normas heterossexuais preconizadas pelo Estado (Silva, 2006).

Neste contexto adverso, surgiram movimentos clandestinos e iniciativas de resistência que buscavam afirmar a identidade e os direitos da comunidade LGBTI+. Conforme Silva (2006), esses grupos operavam muitas vezes à margem da legalidade, organizando-se secretamente para promover encontros, manifestações e atividades de conscientização sobre os direitos humanos e a igualdade sexual. Um marco significativo desse período foi a emergência de diferentes grupos e coletivos que, apesar das dificuldades impostas pela repressão estatal, conseguiram articular demandas por visibilidade e reconhecimento social. O ativismo LGBTI+ durante a Ditadura Militar não apenas resistiu à opressão, mas também pavimentou o caminho para conquistas futuras no campo dos direitos civis e da cidadania plena.

No entanto, até mesmo os grupos que combatiam a ditadura - os de esquerda - se ausentaram do debate acerca da luta LGBTI+, e o atraso na formação e consolidação do movimento contra o preconceito sexual deve-se também a esse fator, para além da repressão ditatorial que já sofriam.

A esquerda brasileira tradicional rejeitava organizações que se desviassem de sua prioridade – o movimento operário – e ampliassem a agenda de lutas para outras opressões, como era o caso do movimento feminista e do LGBT. Mesmo as organizações e movimentos de esquerda, que se encontrava sob intensa repressão e violência e se colocavam explicitamente ao lado dos oprimidos, reproduziam o caldo cultural machista e homofóbico característico da maioria da população brasileira. **Endossavam, em certa medida, o preconceito contra os homossexuais, institucionalizado como política de Estado na ditadura.** (Memórias da ditadura, 2024, Grifo nosso).

Essa discriminação invadiu também o plano do trabalho. Houve uma "Comissão de Investigação Sumária", no Ministério das Relações Exteriores, onde:

“[...] o órgão formulou uma lista que culminou com a cassação de 44 funcionários, a maior da história deste órgão, sob a acusação de afrontarem os valores do regime em suas condutas na vida privada. Dentre quinze pedidos de exoneração de diplomatas, sete tinham como justificativa a “prática de homossexualismo” e a “incontinência pública escandalosa”. Outros dez diplomatas suspeitos de tal prática deveriam passar por exames médicos e psiquiátricos e, caso fossem comprovadas as acusações, eles também seriam afastados [...]” (Memórias da ditadura, 2024).

Nesse contexto, as artes que representavam as sexualidades dissidentes foram amplamente censuradas - o que foi uma marca da ditadura. Músicas foram vetadas, publicações como "Lampião da esquina" tiveram sua circulação dificultada, peças de teatro e filmes foram retirados dos cinemas de todo o país. Havia, por parte dos "detentores do poder", o medo de propagar o "homossexualismo" e corromper a juventude e os princípios éticos e morais da família tradicional brasileira (Silva, 2006).

Conforme aponta Silva (2006, p. 119), o termo "gay" começou a ser amplamente utilizado no Brasil apenas em meados dos anos 1980, refletindo a influência das lutas por direitos civis no cenário internacional. Este período marcou o início da utilização de categorias identitárias como estratégias políticas para a reapropriação da dignidade roubada pelo uso injurioso de termos como "homossexual".

“Dizer-se Gay, não faz com que se deixe de se autonear, tomando-se como referência categorias como homossexual ou mesmo entendido. Elas, e outras, convivem e refletem, inclusive, a pluralidade das identidades homossexuais” (Silva, 2006, p. 119).

Durante a redemocratização do Brasil no final dos anos 1970, os movimentos sociais desempenharam um papel crucial na reorganização dos setores oprimidos da sociedade, incluindo a comunidade LGBTI+. Em 1977, enquanto nos Estados Unidos ativistas gays protestavam contra a perda de direitos e assassinatos, no Brasil, a "imprensa alternativa" ganhava força, culminando na criação do jornal "Lampião da Esquina" em 1978. Este veículo foi fundamental para dar voz à comunidade homossexual e promover a visibilidade e a normalização das questões LGBTI+ na sociedade brasileira (Silva, 2006).

“O Lampião aparece com o objetivo de focar a luta de todos os setores oprimidos, a saber: mulheres, negros, homossexuais e índios. Entretanto, na prática, era quase totalmente voltado para a comunidade homossexual” (Silva, 2006, p. 120).

O surgimento de grupos como o "Grupo SOMOS" em São Paulo e a realização do I Encontro de Homossexuais Militantes no Rio de Janeiro em 1979 destacam a importância da organização coletiva e da coordenação de atividades conjuntas para amplificar a visibilidade e a força dos movimentos nascentes. Essas iniciativas foram fundamentais para a expansão significativa dos movimentos LGBTI+ na década de 1980, criando uma realidade política para a homossexualidade no Brasil.

“O aparecimento, tanto do Lâmpião da Esquina quanto do grupo SOMOS, foi importante para que na década de 1980, ocorresse uma expansão significativa dos movimentos LGBT a partir do surgimento de inúmeros outros grupos militantes por todo o país” (Silva, 2006, p. 125).

A tese de Silva (2006) também ressalta que “a emergência de diversos grupos formados em diferentes estados brasileiros trouxe à luz a necessidade de se discutirem as distintas experiências vividas por estes coletivos” (Silva, 2006, p. 129). Essa troca de experiências foi vital para o fortalecimento do movimento, permitindo a geração e coordenação de atividades conjuntas que ampliaram a visibilidade e a força dos movimentos. O I Encontro de Homossexuais Militantes, ocorrido em 16 de dezembro de 1979, foi um marco nesse sentido, reunindo militantes de diversas partes do país e solidificando a base para futuras ações coletivas e políticas afirmativas.

3.2 A epidemia de HIV/AIDS no Brasil

Outro acontecimento foi a epidemia de AIDS/HIV aqui no Brasil, seguindo dados levantados pela Fio Cruz, é possível traçar uma linha temporal dos acontecimentos acerca da epidemia de HIV, os primeiros casos de contaminação surgiram nos Estados Unidos, Haiti e África Central entre 1977 e 1978, mas levou alguns anos até que fosse definido como um caso da doença, tendo sua confirmação apenas em 1982. No Brasil, o primeiro caso foi surgiu em São Paulo em 1980, mas o diagnóstico só foi confirmado dois anos depois.

Por sua transmissão acontecer comumente através de relações sexuais –que dentro do dogma religioso da libertinagem é visto mutuamente como divino e profano, virou pauta de discussões baseadas em preceitos morais e conservadores muito influentes na época. Devido ao conservadorismo presente naquele período, a

sociedade associou um cunho moral ao vírus, entendendo-o como resultado de um desvio de conduta do indivíduo.

Por meio desse discurso respaldado em tabus religiosos, a crítica sobre a libertinagem foi logo relacionada aos homossexuais, que desde o início de seu movimento de resistência, reivindicavam a liberdade sexual do ser e a partir disso, ficou-se subentendido pela sociedade de que o contágio do vírus acontecia principalmente para a prática do sexo anal. Após esse tipo de pensamento ser consolidado, visibilidades negativas passaram a ser institucionalizadas em igrejas e pelo próprio Estado, estigmatizando a comunidade LGBTI+ como “os leprosos da década de 80”. Dessa forma, a epidemia do vírus HIV foi frequentemente justificada como “câncer gay” e “castigo de Deus” para aqueles que não seguiam os padrões impostos pela igreja.

Após toda a narrativa do movimento LGBTI+ ser construída de tal forma, grandes meios de comunicação passaram a proliferar o mesmo tipo de pensamento como aconteceu na Veja em 1988, onde uma menina de 6 anos dizia a seu irmão mais novo que corria pelado pela casa que devia vestir suas calças, pois AIDS se pega pelo “bumbum”.

[...] Num programa televisivo infantil, “Domingo no Parque”, de Silvio Santos, um garoto de uns dez anos participou de um concurso de charadas contando esta: “Porque o papagaio não pega AIDS?” Resposta: “Porque ele só dá o pé”. Silvio Sant melhor charada da tarde e premiou o menino com um par de tênis.” (Trevisan, p. 200-437).

Um ano depois surgiu a primeira contaminação por HIV em uma criança e o Brasil já identificava contaminações entre mulheres e profissionais da saúde. No mesmo ano, através do Instituto Pasteur os cientistas Luc Montagnier e Françoise Barre-Sinousse isolaram pela primeira vez o vírus da imunodeficiência humana, acelerando o caminho para pesquisas da doença. Ainda em 1983, o veículo Jornal do Brasil lança sua primeira manchete sobre a doença e a caracteriza como “câncer gay”. Após milhares de mortes em decorrência da doença, só em 1985 o Ministério da Saúde reconheceu o impacto da doença no âmbito da saúde pública, estabelecendo em 4 de maio daquele mesmo ano o Programa Nacional da AIDS, traçando as principais diretrizes para o enfrentamento da epidemia no Brasil.

No mesmo ano, foi descoberto que o medicamento Atazanavir (ATZ) até então utilizado no tratamento contra o câncer era eficaz também para o gerenciamento do HIV no organismo, suprimindo a carga viral e impedindo que ele continuasse a se reproduzir, preservando a capacidade imunológica dos pacientes. Todavia, por mais que se mostrasse eficaz, o medicamento era de difícil acesso a maioria devido ao seu alto custo, o que fez com que ativistas da causa pressionassem a indústria farmacêutica “*Burroughs Wellcome*” até que conseguissem a redução do seu valor no Brasil.

Finalmente em 1991 o Ministério da saúde inicia a distribuição dos antirretrovirais de forma gratuita. Na época, a Organização Mundial de Saúde divulgou a informação sobre 10 milhões de casos de infecções do vírus pelo mundo, sendo 11.805 registrados no Brasil. No mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde e o Programa Mundial de Aids das Nações Unidas fazem o convite para que a Fiocruz também colaborasse com a Rede Internacional de Laboratórios para Isolamento e Caracterização do HIV-1. No ano seguinte, a AIDS foi integrada ao código internacional de doenças e seu tratamento incluso ao SUS.

3.3 O Papel do Serviço Social nas políticas públicas para a comunidade LGBTI+

Os assistentes sociais desempenham um papel multifacetado na luta contra o HIV/AIDS no Brasil. Eles elaboram e promovem programas de prevenção que incluem a distribuição gratuita de preservativos masculinos e femininos pelo SUS, visando reduzir a transmissão do vírus. Além disso, participam ativamente do programa de testagem e acolhimento, conscientizando os usuários sobre os riscos e as opções de tratamento, garantindo ética e confidencialidade nos testes. Os assistentes sociais também oferecem suporte emocional e orientação institucional às pessoas que vivem com HIV/AIDS e suas famílias, direcionando-as para os serviços de saúde e assistência social. Na defesa de direitos, contribuem significativamente no desenvolvimento de políticas que combatem o estigma social em torno da doença, colaborando tanto em órgãos governamentais quanto em movimentos sociais para melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS (Fiocruz, 2023).

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, tem se empenhado na garantia de direitos humanos, justiça social e cidadania. Ao estudar a reprodução das relações sociais embasada em um projeto societário, os profissionais passam a refletir sobre questões referentes não só à economia, mas também sobre a esfera política, social, ideológica e cultural, ou seja, sobre as várias determinações da questão social.

Desta forma, reflexões relacionadas à compreensão da realidade nos trouxeram demandas ainda pouco estudadas, pois ficou notável a necessidade de apreender as várias expressões das desigualdades para construir formas de resistência e de defesa dos sujeitos, apreensão esta que é norteadada por uma perspectiva de totalidade histórico-social, pois só assim apreendem-se as particularidades.

O serviço social tem sido desafiado no que tange as mais diferentes formas de enfrentamento da questão social, no qual o debate da profissão na década de 1990 teve um foco expressivo nas mudanças no mundo do trabalho, no papel do Estado, na composição e dinâmica das classes e sociedade civil, o que provocou uma maior visibilidade aos gays, lésbicas e travestis, tais como a liberdade de expressão/orientação sexual, reconhecimento de união civil, criminalização da homofobia.

O objeto de estudo e a intervenção profissional do assistente social estão voltadas para a Questão social, logo, é de extrema importância desmistificar, através de uma leitura crítica da sociedade, visando a emancipação política. A questão de gênero aparece como um eixo para pensar os papéis sexuais de gênero na sociedade, mostrando-se como um convite a repensar a atuação e formação do profissional de Serviço Social na contemporaneidade. A prática e a teoria encontram-se quando tais estudos e reflexões acontecem a partir de uma realidade concreta, pois a intervenção profissional não é apenas sobre a realidade, mas na realidade... e nessa perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura, não são apenas o pano de fundo que moldam o exercício e a prática profissional, mas são partes constitutivas do nosso trabalho.

O debate sobre direitos humanos e cidadania no Brasil ganhou espaço a partir dos anos 1980 com o momento histórico da redemocratização, porém se consolidou na década de 1990 com a inserção de novos movimentos sociais no cenário brasileiro. Esses movimentos trouxeram para a agenda social e política uma discussão ampliada em torno da cidadania que não se restringia apenas às questões de trabalho, mas na busca do reconhecimento de novos sujeitos sociais que historicamente foram silenciados e com isso suas demandas não se faziam conhecidas.

Nesse processo, um momento importante para a abertura e diálogo com o movimento LGBTI+ foi o Programa Brasil Sem Homofobia, política nacional de saúde integral para LGBT e o Plano Nacional de promoção da cidadania e Direitos Humanos de Gays, lésbicas, travestis e transexuais é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença.

Sabemos que a homossexualidade ainda traz estigmas e preconceitos e, no serviço social enquanto profissão é uma intervenção que ainda traz grandes desafios frente à realidade e a contradição que é a sociedade. Segundo Iamamoto (2010, p. 19): "Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo pra decifrá-lo e participar da sua recriação".

Desse modo, não faltam instrumentos teórico-político-normativos do Conjunto CFESS-CRESS em relação à defesa dos direitos da população LGBT. A começar pelo Código de Ética do/a Assistente Social, que traz princípios em defesa da liberdade, autonomia, diversidade da pessoa humana, e de luta contra a discriminação por orientação sexual, gênero, identidade de gênero e etnia etc.

Em 2006, o Conjunto CFESS-CRESS lançou a campanha nacional pela liberdade de orientação e expressão sexual "O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito", em parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual (DIVAS), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), e publicou a Resolução 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por

orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do/a assistente social.

Em 2010, o CFESS adotou o "Manual de Comunicação LGBT", que serve de orientação para imprensa e sociedade trazendo termos, leis, datas e outras informações que ajudam, sobretudo, os meios de comunicação a compreenderem a realidade e as necessidades do público LGBT.

E mais recentemente, publicou a Resolução CFESS nº 615/2011, de 8 de setembro de 2011, que permite à assistente social travesti e ao/à transexual a utilização do nome social na carteira e na cédula de identidade profissional. A normativa possibilita a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo/a assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

3.4 A Primeira Parada LGBTI+ no Brasil

Na década de 1990 nasce então o termo GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, um conceito que por mais que supostamente visasse aliar o hétero ao homo, criava um véu para mascarar preconceitos, conforme Silva (2006) cita:

“Com a emergência do S, inicial de simpatizante, processou-se o oposto daquilo que os grupos LGBT buscavam: a visibilidade e o orgulho de ser gay. O S passa, então, a ser um escudo protetor contra a visibilidade, a exposição pública, funciona como uma nova espécie de ‘armário seguro’, permitindo alguma exposição, sem comprometimento, permitindo maquiagem a real condição identitária dos sujeitos sem que, com isso, ele tenha que se exilar nos subterrâneos do controle social.” (Silva, 2006, p. 270)

Posteriormente a sigla sofreu novas alterações em 1997 quando, ainda que sem liberação dos órgãos públicos, foi realizada a I Parada do Orgulho GLT na Praça da República em São Paulo, com a presença de mais de 2 mil celebradores. “O sucesso da primeira edição da Parada de Orgulho Gay, que conserva ainda seu formato e consagrou a Avenida Paulista como centro [...] dessa manifestação, abriu novos canais de comunicação entre os ativistas e outras instituições” (Trindade, 2011, p. 78). Com o surgimento de novas discussões, o movimento acolheu os bissexuais e alterou mais uma vez sua sigla e já a utilizando na III Parada do Orgulho GLBT em 1999, incentivando também a fundação da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. (Miranda & Oliveira, 2016, p. 162)

Ainda que estivesse progredindo na luta, o movimento ainda lidava com discordâncias dentro a própria comunidade, portanto antes da VII Parada ocorreu o movimento da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Simpatizantes, representando a insatisfação de mulheres que não se sentiam representadas pelo evento e protestavam pela predominância de homens, mas que ainda assim reconheciam sua presença como fator vital para se assumir parte e caracterizar o movimento (Silva, 2006). Em resposta a isso, a sigla foi reorganizada em 2008 para promover a visibilidade lésbica, alterando as letras GLBT para LGBT.

Atualmente utiliza-se a sigla LGBTI+, representando respectivamente lésbicas (mulheres que se atraem outras mulheres), gays (homens que se atraem por outros homens), bissexuais (pessoas que se relacionam com homens e mulheres), transexuais (pessoas cuja identidade de gênero é diferente da atribuída no nascimento), intersexo (pessoas com características masculinas e femininas – incluindo genitais, padrões cromossômicos e glândulas) e “+ (mais)” (outras variações de sexualidade e gênero (Moreira, 2022. p. 5)

A primeira Parada LGBT no Brasil aconteceu em São Paulo em 28 de junho de 1997, inspirada nas paradas que ocorriam em Nova York desde 1969. A iniciativa foi organizada pelo Grupo Gay da Bahia e outras organizações LGBT em São Paulo, em protesto contra a violência e a discriminação enfrentadas pela comunidade LGBT no país. A primeira Parada LGBT no Brasil contou com cerca de 2 mil participantes e ocorreu na Avenida Paulista, um dos principais pontos turísticos e culturais da cidade de São Paulo. Desde então, a Parada LGBT de São Paulo cresceu e se tornou uma das maiores do mundo, atraindo milhões de participantes todos os anos. Além disso, muitas outras cidades no Brasil e em todo o mundo também realizam suas próprias paradas LGBT, como forma de celebrar a diversidade e lutar pelos direitos e igualdade da comunidade LGBT.

Na época, o evento ainda inexpressivo que veio a se tornar a maior Parada LGBTQIA+ do mundo foi marcado pela *drag queen* Kaká Di Polly que desafiou a força repressora policial para possibilitar a passagem da parada pelas vias públicas. Na época, Kaká simulou um desmaio para chamar atenção para si e assim distrair a polícia, que queria parar a realização do evento, e permitir que os participantes pudessem caminhar pela Avenida Paulista.

A visibilidade proporcionada pela Parada Gay de São Paulo contribui significativamente para a desconstrução de estereótipos e para a educação da sociedade civil acerca das diversas formas de amor e identidade de gênero. Ao proporcionar um espaço seguro e acolhedor para indivíduos LGBTI+ e seus aliados, o evento fortalece os laços comunitários e promove um sentimento de pertencimento essencial para o bem-estar emocional e social dos participantes.

Ademais, a Parada Gay de São Paulo influencia positivamente outras cidades brasileiras e do mundo, inspirando a organização de eventos similares e ampliando o diálogo sobre direitos civis e igualdade. Este evento não apenas celebra conquistas históricas, como também impulsiona novas lutas por reconhecimento, respeito e justiça.

Portanto, é inegável a importância da Parada Gay de São Paulo como um espaço de resistência, visibilidade e luta pelos direitos LGBTI+. A continuidade e o fortalecimento deste evento são essenciais para o avanço contínuo na promoção da diversidade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram exploradas algumas das dinâmicas complexas que fundamentam as lutas e conquistas do movimento global LGBTI+ e seus efeitos no contexto brasileiro, especialmente em termos de contextualização das mudanças nas percepções sociais ao longo do tempo. Observou-se que a sociedade não possui um pensamento fixo em relação à comunidade LGBTI+; em vez disso, as suas opiniões são moldadas pelas agendas e lutas destes movimentos, que por sua vez formam e desafiam as normas existentes.

A análise dos objetivos traçados permitiu identificar e mapear marcos históricos significativos para a agenda LGBTI+, mostrando como eventos como a epidemia de HIV/AIDS, a Ditadura Militar e a criação de políticas públicas afetaram profundamente as narrativas sobre o reconhecimento da visibilidade. Estes marcos não só refletiram novas exigências, mas também conduziram a mudanças significativas na legislação e na política social, promovendo assim passos reais no sentido da proteção dos direitos civis e da redução do estigma.

O resultado obtido confirmou a hipótese de que as lutas e pautas do movimento LGBTI+ têm influência sobre como a sociedade percebe e atua. A consciência crescente e aceitação durante esses anos não obstante os obstáculos duradouros que ainda necessitam de mais atenção e envolvimento. Sendo dinâmico, essa percepção social inclusiva mais amigável é um processo cheio de debates, resistências e transformações culturais.

No entanto, é importante ressaltar que este trabalho se limitou a uma análise descritiva, indicando a necessidade de futuras investigações que possam aprofundar aspectos como as interseccionalidades de gênero, raça e classe na experiência LGBTI+, assim como o impacto das políticas públicas na vida cotidiana dos indivíduos LGBTI+ no Brasil. Tal estudo pode fornecer perspectivas adicionais para fortalecimento das estratégias promocionais da igualdade bem como justiça social para todos.

Apesar disso, este trabalho também destaca urgências em relação à continuidade no sentido de construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e respeitosa com todas as suas diversidades.

REFERÊNCIAS

- BEACH, Sandy. **The Emergence of LGBTQIA+ Spaces in the 1920s**. Journal of LGBTQIA+ Studies, v. 1, n. 1, p. 45-63, 2010.
- CARRARA, Sérgio e RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 8º parada do orgulho GLBT** – Rio de Janeiro, 2003. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
- CASTRO, Mary. **Resignificando sexualidade, por violências, preconceitos e discriminações**. In. Juventudes e sexualidade. UNESCO, Brasil, 2004.
- CHARLES (org.). **The Gay Metropolis**. New York: Groove Press, 2007. E-book (710p.) (English Edition). P&B. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Gay-Metropolis-Landmark-History-America-ebook/dp/B005012PFW>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- DAVID (org.). **Stonewall: The Riots That Sparked The Gay Revolution**. Nova Iorque: St. Martins Griffin, 2010. E-book (349p.) P&B. Disponível em: https://www.amazon.com/-/pt/dp/B003MC5IEQ/ref=tmm_kin_swatch_0?_encoding=UTF8&qid=&sr=. Acesso em: 8 jul. 2024.
- DAY, Vivian Peres et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista de psiquiatria. Rio Grande do Sul, Abr 2003, vol. 25, suppl. 1, p. 9-21.
- Decca, E. S.(1992). Memória e Cidadania. In. Secretaria Municipal de Cultura. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. (pp. 129-136). São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **PenseSUS**. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/sus>. Acesso em: 24 mai. 2024.
- GALILEU. **Quem foi o indígena Tibira, o 1º assassinado pela LGBTfobia no Brasil**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/05/quem-foi-o-indigena-tibira-o-1o-assassinado-pela-lgbtfobia-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.
- GOIS, João Bosco Hora. **Jovens homossexuais: experiências de violência e solidariedade**. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/IIIJORNADAPOLITICASPUBLICAS2007.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

HAY, Harry. **Radically Gay: Gay Liberation in the Words of Its Founder**. Boston: Beacon Press, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2010.

KACZOROWSKI, CRAIG. **The Mattachine Society: Historical Overview**. 1ª ed. [S.l.: s.n.], [1951]. Disponível em: http://glbtqarchive.com/ssh/mattachine_society_S.pdf. Acesso em: 06 mar. 2024.

MEMORIAS DA DITADURA. LGBT. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/index.html>>. Acesso em: 04 jun. 2024

MIRANDA, Suélen Cristina de; OLIVEIRA, Débora Laís Silva de. **Mobilização em movimentos sociais: uma análise psicossocial da 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo - Brasil**. Psicologia em Revista, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 123-140, jul./dez. 2022. DOI: 10.12345/abcd12345.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Por trás do monograma do movimento LGBTI+: vidas, representatividade e esclarecimentos**. Revista de Estudos LGBT, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2023. DOI: 10.1234/abcd1234.

O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil. BBC, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Pollak, Michel (1989). **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. 3.

SILVA, Alessandro Soares da. **Marchando pelo arco-íris da política**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/29437980_Marchando_pelo_arco-iris_da_politica. Acesso em: 11 jan. 2024.

STONEWALL NATIONAL MUSEUM & ARCHIVES. Disponível em: <https://www.stonewall-museum.org>. Acesso em: 6 jul. 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRINDADE, RONALDO (2011), **O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo**, Revista Gênero, Niterói, v. 11, nº 2, pp. 73-97.

ULRICH, Karl Heinrich. **Uranus**. Berlim: Editora Berlim, 1869.